

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CEPAM

ETEC PAULINO BOTELHO

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

BEATRIZ DOS SANTOS SILVA

FLAVIA GONÇALVES GOMES

KEVIN BARBOZA TREBBI

MARIA EDUARDA DE JESUS TORRES

YASMIN VITÓRIA JACQUES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA
IMPACTOS E AÇÕES DE CONSERVAÇÃO**

**SÃO CARLOS
2025**

BEATRIZ DOS SANTOS SILVA

FLAVIA GONÇALVES GOMES

KEVIN BARBOZA TREBBI

MARIA EDUARDA DE JESUS TORRES

YASMIN VITÓRIA JACQUES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA
IMPACTOS E AÇÕES DE CONSERVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência
para a obtenção do Certificado de
Técnico em Administração no
Centro Estadual de Educação
Tecnológica Paula Souza, sob a
orientação do Professor Antonio
Sérgio Martins.

**SÃO CARLOS
2025**

RESUMO

O objetivo do trabalho é abordar a importância da responsabilidade social marinha no contexto da administração e sustentabilidade. A pesquisa analisa como as práticas de responsabilidade social voltadas à preservação dos oceanos podem contribuir para minimizar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. Ao longo da pesquisa, são debatidos conceitos essenciais, desafios enfrentados por organizações públicas e recomendações de soluções voltadas à gestão integrada e sustentável dos recursos marinhos. O estudo mostra que o descarte irregular, a poluição e a exploração excessiva dos ecossistemas oceânicos seguem sendo os principais problemas ambientais, potencializados pela falta de planejamento e de fiscalização eficiente. Casos práticos, como os da Samarco, Natura, Petrobras e Vale, demonstram as consequências da ausência de políticas sustentáveis e da incoerência entre discurso e prática organizacional. Constata-se que a responsabilidade social marinha deve ser entendida como um comprometimento ético e coletivo, unindo poder público, instituições e sociedade na preservação dos mares, garantindo equilíbrio ecológico e continuidade das futuras gerações.

Palavras-chave: Responsabilidade social marinha. Sustentabilidade. Gestão ambiental. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The objective of this work is to address the importance of marine social responsibility in the context of administration and sustainability. The research analyzes how social responsibility practices aimed at ocean preservation can contribute to minimizing environmental impacts and promoting sustainable development. Throughout the research, essential concepts, challenges faced by public organizations, and recommendations for solutions focused on integrated and sustainable management of marine resources are discussed. The study shows that irregular disposal, pollution, and overexploitation of ocean ecosystems remain the main environmental problems, exacerbated by the lack of planning and effective supervision. Practical cases, such as those of Samarco, Natura, Petrobras, and Vale, demonstrate the consequences of the absence of sustainable policies and the inconsistency between organizational discourse and practice. It is recognized that marine social responsibility should be understood as an ethical and collective commitment, bringing together the government, institutions, and society in the preservation of the seas, ensuring ecological balance and the continuity of future generations.

Keywords: Marine social responsibility. Sustainability. Environmental management. Sustainable development.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA.....	10
3 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA	11
3.1 Conceito de responsabilidade social marinha e sua importância para as empresas.....	11
3.2 A responsabilidade social na vida marinha e seus desafios.....	12
3.3 A atuação da Marinha do Brasil e o aprofundamento conceitual.....	13
4 DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA	15
4.1 Contextualização do problema.....	15
4.2 Fatores que agravam o problema	16
4.3 Consequências e desafios para a administração pública e privada ...	17
5 PROPOSTAS E SOLUÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA	19
5.1 Caminhos para uma gestão sustentável e integrada.....	19
5.2 Análise de casos práticos.....	22
6 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS PRÁTICOS	25
7 CONCLUSÃO.....	26
8 REFERÊNCIAS.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise de casos práticos sobre falhas em planos de sustentabilidade no Brasil.....	22
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desastre de Mariana em 5 de novembro de 2015 e suas consequências sociais e ambientais.....	23
---	----

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social marinha tem ganhado destaque nas discussões sobre sustentabilidade e gestão empresarial, principalmente por conta do aumento das preocupações ambientais. No campo da Administração, esse tema se sobressai por articular o desenvolvimento econômico com a preservação dos ecossistemas oceânicos, buscando equilibrar o crescimento das organizações e o cuidado com o meio ambiente. Agir de forma responsável diante dos recursos marinhos vai além do cumprimento de leis; representa um compromisso ético e social das empresas que dependem, direta ou indiretamente, do oceano para suas atividades.

O comprometimento social voltado para a sustentabilidade marinha envolve a atuação de empresas, governos e sociedades na adoção de práticas e políticas que protejam e conservem os oceanos, mares e seus ecossistemas. Essa consciência ambiental é crucial para o bem-estar do planeta e das futuras gerações, pois a saúde marinha está ligada ao clima, à economia e à segurança alimentar.

Nesse contexto, a iniciativa está ligada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 da ONU, que busca conservar e usar de forma sustentável os recursos marinhos.

Os oceanos enfrentam desafios ambientais como a poluição, a sobrepesca e as mudanças climáticas. O aumento de plásticos, especialmente microplásticos, e resíduos químicos prejudica a vida marinha e as cadeias alimentares. A exploração excessiva dos recursos pesqueiros causa declínio de espécies e desequilibra os ecossistemas. Já o aumento da temperatura da água e a acidificação dos oceanos ameaçam a biodiversidade marinha, incluindo os recifes de corais.

Entre os principais princípios e ações voltadas à sustentabilidade marinha estão: o gerenciamento de resíduos, a pesca e o consumo responsáveis, a proteção de habitats, o turismo sustentável, a inovação tecnológica e a educação ambiental. Reduzir o uso de plásticos e evitar que poluentes cheguem aos mares é fundamental para proteger a vida marinha. Adotar a pesca sustentável e garantir que os frutos do mar venham de fontes legais e regulamentadas contribui para evitar a redução dos estoques pesqueiros — certificações como a da Marine Stewardship Council (MSC) atestam que a pesca foi feita de maneira sustentável.

Além disso, conservar ecossistemas marinhos importantes, como recifes de corais, manguezais e áreas de reprodução, é essencial para manter o equilíbrio ambiental. No setor de turismo marinho, deve-se adotar práticas que minimizem o impacto ambiental no local. A inovação e o uso de tecnologias que reduzam o impacto das embarcações, bem como a conscientização da sociedade, comunidades e colaboradores sobre a conservação marinha, são partes fundamentais da responsabilidade social. Dessa forma, este trabalho busca

analisar como as práticas de responsabilidade social marinha podem ser aplicadas na gestão empresarial, contribuindo para um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

1. METODOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. A elaboração do estudo baseou-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando como fontes: livros, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais da Marinha do Brasil e do Ministério da Defesa.

Além disso, foram analisados casos práticos envolvendo impactos ambientais e ações de responsabilidade social marinha, selecionados conforme sua relevância para o tema e sua contribuição para compreender os desafios enfrentados no contexto nacional. Essa metodologia permitiu identificar conceitos, políticas, problemas e possíveis soluções, fundamentando a discussão apresentada ao longo dos capítulos.

2. – CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA

2.1. *Conceito de responsabilidade social marinha e sua importância para as empresas*

A responsabilidade social marinha pode ser entendida como o cuidado e o compromisso que empresas e pessoas têm com a preservação dos oceanos e de tudo que faz parte deles. Ela faz parte da responsabilidade social empresarial, mas é voltada especialmente para o ambiente marinho. A ideia é que o desenvolvimento econômico aconteça junto com o respeito à natureza, garantindo que as próximas gerações também possam aproveitar os recursos do mar.

Além disso, ao observar o cenário ambiental contemporâneo, percebe-se uma crescente necessidade de responsabilidade corporativa diante dos impactos causados pelas atividades humanas.

Nos últimos anos, o aumento da poluição e dos problemas ambientais fez com que muitas empresas repensassem suas formas de produção e consumo. Dentro da Administração, esse tema ganhou importância porque envolve o planejamento de ações que diminuem os impactos causados pelas atividades humanas. Nesse sentido, ser socialmente responsável com o meio marinho não significa apenas cumprir leis ambientais, mas também agir de forma ética e consciente, reconhecendo que cada organização tem um papel fundamental na conservação dos ecossistemas (TENÓRIO, 2020).

Os oceanos são essenciais para a vida no planeta, pois ajudam a regular o clima, produzem oxigênio, mantêm a biodiversidade e movimentam a economia por meio de diversas atividades, como a pesca, o turismo e o transporte marítimo. Cuidar dos mares é também garantir que essas práticas possam continuar existindo de maneira equilibrada e sustentável. Como afirma Carroll e Buchholtz (2021), a responsabilidade social precisa estar integrada à estratégia organizacional, unindo resultados econômicos e compromisso social e ambiental.

As empresas podem demonstrar responsabilidade social marinha adotando práticas simples, como o controle de resíduos, o uso de tecnologias menos poluentes e o incentivo à educação ambiental entre seus funcionários e parceiros. Além de contribuir com o meio ambiente, essas ações fortalecem a imagem da empresa, mostram compromisso com a sociedade e aumentam a confiança dos consumidores (OLIVEIRA, 2019).

Para que isso aconteça de forma efetiva, é importante que as organizações tenham metas claras e busquem parcerias com órgãos públicos, escolas e ONGs que também trabalhem pela preservação dos oceanos. Dessa forma, o resultado é mais positivo e duradouro. A responsabilidade social marinha, portanto, deve ser vista como um compromisso contínuo que une desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental em benefício de todos.

Nesse sentido, segundo Chiavenato (2022), a administração moderna deve integrar fatores sociais e ambientais ao planejamento estratégico, garantindo que as organizações atuem de maneira responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva reforça a importância de incluir a responsabilidade social marinha como parte essencial da gestão institucional.

2.2. A responsabilidade social na vida marinha e seus desafios

A responsabilidade social na vida marinha está relacionada às atitudes que as empresas e as pessoas tomam para proteger os oceanos e as espécies que vivem neles. É uma forma de mostrar cuidado e respeito pelo meio ambiente, entendendo que o mar tem um papel essencial para a vida no planeta. Quando as organizações adotam práticas sustentáveis voltadas à vida marinha, elas ajudam a reduzir os impactos que suas atividades podem causar e mostram que é possível crescer economicamente sem prejudicar a natureza.

Nesse contexto, empresas ligadas ao setor pesqueiro, à navegação comercial e às atividades turísticas, além da indústria naval, têm uma grande responsabilidade nesse sentido. Elas podem, por exemplo, evitar o descarte de resíduos no mar, diminuir o uso de plásticos, utilizar combustíveis menos poluentes e apoiar projetos ambientais. Essas ações fazem diferença e mostram à sociedade que é possível ter um desenvolvimento mais consciente. Muitas organizações também investem em campanhas de conscientização, palestras e programas educativos que incentivam o cuidado com o meio ambiente.

Por outro lado, ter responsabilidade social na vida marinha também significa pensar no lado humano. Muitas comunidades costeiras dependem do mar para trabalhar e se sustentar. Assim, quando uma empresa se preocupa em cuidar do ambiente marinho, ela também está ajudando essas pessoas a terem uma vida melhor. Isso mostra que o cuidado com o oceano vai muito além do ambiental — é também uma questão social e econômica (LIMA; SOUZA, 2023).

Contudo, mesmo com o avanço das ações ambientais, ainda existem muitos desafios. A poluição dos mares, o descarte incorreto de resíduos e a exploração excessiva dos recursos marinhos continuam ameaçando a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas. Esses problemas indicam que, apesar das

iniciativas existentes, ainda é necessário buscar formas mais eficazes de proteger a vida marinha e envolver todos os setores da sociedade nesse compromisso coletivo.

2.3. A atuação da Marinha do Brasil e o aprofundamento conceitual

De acordo com a Política de Responsabilidade Social da Marinha do Brasil (2022), o compromisso da instituição vai além da defesa nacional e da segurança marítima: busca também promover o bem-estar social e o equilíbrio ambiental em suas áreas de atuação. Em seu Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (2023), a Marinha destaca ações voltadas à recuperação de áreas costeiras, capacitação de jovens em comunidades pesqueiras e programas de conscientização sobre o descarte correto de resíduos sólidos. Essas iniciativas refletem a aplicação prática dos princípios da responsabilidade social marinha no setor público.

A Estratégia Nacional de Defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020) reforça que o uso racional dos recursos naturais é fundamental para garantir a soberania e a segurança ambiental do país. Assim, a atuação da Marinha do Brasil ilustra como uma instituição pública pode unir dever social, ética e sustentabilidade em um mesmo propósito. Essa integração entre defesa e preservação ambiental é um exemplo de responsabilidade social aplicada à esfera pública, mostrando que sustentabilidade e segurança podem caminhar lado a lado.

Segundo Tenório (2020), a responsabilidade social deve ser compreendida como uma prática gerencial contínua, e não como uma ação isolada. Ao incorporar esses valores em suas políticas e programas, a Marinha demonstra alinhamento com o conceito de responsabilidade social estratégica, defendido por autores como Oliveira (2019) e Ashley (2018), que destacam a importância de integrar as dimensões econômica, social e ambiental na gestão institucional.

Além disso, conforme apontam Carroll e Buchholtz (2021), a responsabilidade social possui quatro dimensões principais: econômica, legal, ética e filantrópica. A Marinha do Brasil atua de forma alinhada a essas dimensões, equilibrando a eficiência administrativa, o cumprimento das normas legais, o comportamento ético e o compromisso com o bem-estar coletivo. Essa abordagem evidencia que a responsabilidade social marinha não é apenas uma prática ambiental, mas um princípio estratégico que orienta decisões e fortalece a relação entre instituições e sociedade.

Dessa forma, compreender a responsabilidade social sob a ótica da Marinha permite perceber que ela vai além da preservação dos oceanos. Trata-se de uma forma de gestão que envolve pessoas, comunidades e políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável. Essa visão integrada serve como base para

discutir os desafios e limitações das práticas de responsabilidade social marinha em âmbito nacional, o que leva diretamente à problemática deste estudo.

3. DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA

3.1. Contextualização do problema

Diante desse cenário, surge a necessidade de investigar como as práticas de responsabilidade social na vida marinha podem ser realmente eficazes. É nesse contexto que se insere o problema central desta pesquisa: compreender de que maneira as ações voltadas à preservação dos oceanos contribuem para reduzir os impactos ambientais causados pela poluição e pela exploração excessiva dos recursos marinhos, garantindo benefícios sociais para as comunidades costeiras e promovendo a sustentabilidade ecológica.

Ainda que existam avanços significativos nas discussões sobre sustentabilidade e ética organizacional, a responsabilidade social voltada ao ambiente marinho enfrenta sérias dificuldades para se consolidar de forma efetiva. Mesmo com um conjunto de leis e políticas públicas, os oceanos continuam sendo fortemente impactados pela ação humana. O descarte irregular de resíduos, o uso inadequado dos recursos naturais e a ausência de fiscalização eficiente causam prejuízos graves à biodiversidade marinha e às comunidades que dependem dela para sobreviver.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), aproximadamente 11 milhões de toneladas de plásticos chegam aos oceanos todos os anos, afetando ecossistemas e espécies marinhas. Esse dado evidencia a gravidade do problema e reforça a urgência de políticas mais efetivas, voltadas não apenas ao controle da poluição, mas também à educação ambiental e à responsabilidade coletiva.

Mesmo com o respaldo legal garantido pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225 assegura o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a realidade mostra que os desafios persistem. Segundo esse artigo, é dever do poder público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Entretanto, observa-se que a aplicação prática dessa norma enfrenta barreiras significativas, especialmente no que diz respeito à conscientização ambiental e à corresponsabilidade das instituições (BRASIL, 1988).

A Estratégia Nacional de Defesa (2020) também reconhece a sustentabilidade como um princípio essencial para a segurança ambiental e econômica do país. Porém, apesar de diretrizes claras, muitas dessas medidas ainda não se convertem em ações contínuas e eficazes. Em regiões costeiras e portuárias, por exemplo, os impactos da poluição marinha permanecem evidentes, indicando que ainda existe falta de articulação entre governo, empresas e

instituições responsáveis pela proteção do ambiente marinho (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Além desse desafio, a Lei nº 9.637/1998 — que regula as organizações sociais — possibilita parcerias entre o poder público e entidades privadas para o desenvolvimento de projetos ambientais. Contudo, observa-se que, mesmo com essa possibilidade legal, ainda são poucas as iniciativas voltadas especificamente à conservação dos oceanos. Isso evidencia que o tema da responsabilidade social marinha ainda não ocupa espaço suficiente nas agendas institucionais brasileiras (BRASIL, 1998).

3.2. Fatores que agravam o problema

Diante desse contexto, percebe-se que a ausência de planejamento estratégico voltado à sustentabilidade é um dos principais fatores que dificultam a efetividade da responsabilidade social marinha. Segundo Chiavenato (2022), o planejamento é uma função essencial da administração porque permite antecipar impactos, organizar recursos e orientar decisões. Quando essa etapa não incorpora critérios socioambientais, as organizações acabam contribuindo para a degradação dos ecossistemas marinhos, ampliando riscos sociais, econômicos e ambientais nas regiões costeiras.

No âmbito militar, ainda que existam políticas estruturadas, os resultados práticos enfrentam limitações. O Plano de Assistência Social da Marinha 2025–2028 apresenta diretrizes importantes para a promoção da responsabilidade social e ambiental, com foco no bem-estar das comunidades atendidas pela instituição. Contudo, observa-se que a mensuração dos resultados e o acompanhamento de longo prazo ainda são desafios a serem superados (MARINHA DO BRASIL, 2025).

Conforme destacam Silva e Pereira (2022), as instituições militares brasileiras avançaram na adoção de práticas sustentáveis, mas ainda enfrentam dificuldades na consolidação de políticas de longo prazo. Essa lacuna é potencializada por fatores como limitações orçamentárias, carência de capacitação técnica e ausência de indicadores padronizados para mensurar o impacto das ações. De acordo com os autores, a sustentabilidade institucional exige uma cultura organizacional voltada à continuidade, à ética e à inovação, evitando ações pontuais e garantindo a consolidação de políticas ambientais de longo prazo.

Além disso, a falta de engajamento social agrava significativamente o cenário. A responsabilidade social marinha não depende apenas de políticas institucionais, mas também da participação ativa das comunidades, das empresas e da sociedade civil. O envolvimento coletivo é essencial para garantir que as ações

de preservação sejam contínuas, efetivas e integradas ao cotidiano das populações costeiras. Nesse sentido, investir em educação ambiental e em comunicação transparente torna-se fundamental para fortalecer uma cultura de corresponsabilidade, na qual todos compreendam que preservar os oceanos significa preservar a própria vida e o equilíbrio socioambiental.

3.3. Consequências e desafios para a administração pública e privada

A ausência de práticas eficazes de responsabilidade social marinha traz consequências diretas para o meio ambiente, para a economia e para a sociedade. O aumento da poluição, a perda da biodiversidade e o comprometimento das cadeias produtivas ligadas ao mar afetam não apenas o equilíbrio ecológico, mas também a segurança alimentar e a renda das populações costeiras. Esses impactos demonstram que a degradação ambiental é também um problema social e administrativo, exigindo respostas concretas e integradas.

De acordo com o Instituto Ethos (2021), a responsabilidade social somente é efetiva quando seus resultados podem ser mensurados por indicadores claros e objetivos. No caso da preservação marinha, ainda há escassez de dados concretos que permitam avaliar o impacto das ações públicas e privadas. Essa falta de métricas prejudica o planejamento, o controle das políticas e o aprimoramento das estratégias de gestão ambiental.

Nesse sentido, a administração — tanto pública quanto privada — precisa incorporar o planejamento socioambiental como parte de sua rotina organizacional. Chiavenato (2022) reforça que as funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar devem integrar a sustentabilidade como princípio norteador das decisões. Quando essa integração não ocorre, as instituições perdem a oportunidade de alinhar eficiência operacional, transparência e compromisso ético, elementos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável.

Como observam Silva e Pereira (2022), apenas uma governança integrada, colaborativa e com mecanismos de controle contínuo é capaz de gerar resultados duradouros. A responsabilidade social marinha deve ser entendida, portanto, como uma estratégia coletiva, que envolve governo, empresas e sociedade civil em torno de objetivos comuns.

Com base nas referências analisadas, percebe-se que os desafios da responsabilidade social marinha estão diretamente ligados à falta de articulação entre os diferentes atores sociais e à dificuldade em mensurar resultados concretos. Assim, compreender a problemática vai além de reconhecer os impactos ambientais: envolve refletir sobre a importância de fortalecer a cultura

de responsabilidade coletiva, o comprometimento institucional e o desenvolvimento de instrumentos eficazes de avaliação. Esses aspectos servirão de base para o próximo capítulo, que abordará as propostas e soluções para aprimorar a responsabilidade social marinha, consolidando o fechamento do desenvolvimento.

4. PROPOSTAS E SOLUÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL MARINHA

4.1. Caminhos para uma gestão sustentável e integrada

Diante dos desafios apresentados no capítulo anterior — como a falta de integração entre políticas públicas, a carência de planejamento sustentável e o baixo engajamento social —, torna-se essencial refletir sobre as possibilidades de aprimorar as práticas de responsabilidade social marinha, de modo que se tornem mais efetivas, mensuráveis e duradouras. A busca por soluções deve envolver não apenas ações ambientais, mas também estratégias administrativas e educacionais que promovam a conscientização e o engajamento coletivo. Nesse sentido, tanto o setor público quanto o privado precisam atuar de forma articulada, desenvolvendo políticas que unam inovação tecnológica, transparência e sustentabilidade. Com fundamento nos estudos e materiais analisados, percebe-se que o fortalecimento da responsabilidade social marinha depende diretamente da integração entre instituições, comunidade e governo, com foco em resultados concretos e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade social marinha só se concretiza quando há cooperação entre governo, instituições privadas, organizações não governamentais e sociedade civil. Essa integração é essencial para transformar iniciativas pontuais em ações permanentes e de impacto real.

Nesse sentido, o princípio de “políticas integradas” é fundamental no campo da administração pública. Refere-se ao processo de combinar ideias entre o governo, o setor privado e a sociedade civil. A integração de políticas trata de harmonizar diferentes iniciativas em prol de metas comuns de sustentabilidade.

Tendo esse conceito como referência, podem ser estabelecidas as seguintes propostas de fortalecimento da responsabilidade social na marinha:

- a. Políticas públicas e fortalecimento institucional:
É recomendável que o Governo Federal juntamente com a Marinha do Brasil, IBAMA e outros órgãos reguladores promova a criação de planos de manejo costeiro e marinho, bem como o fortalecimento da fiscalização ambiental, que são medidas cruciais para a redução dos impactos da poluição e exploração irregular de recursos naturais. Além disso, é necessário que haja transparência na execução das políticas públicas, com relatórios de impactos ambientais acessíveis a todos, deixando-os seguros de que as decisões administrativas estejam alinhadas aos

princípios da ética social.

- b. Educação ambiental e engajamento social:
A conscientização é base de uma transformação sustentável. Nesse sentido, escolas, universidades, ONGs e empresas locais desempenham um papel essencial na disseminação de valores voltados à preservação dos oceanos. Campanhas educativas, oficinas, projetos de extensão e capacitação ambiental, podem fortalecer uma cultura de corresponsabilidade e preservação.
- c. Gestão corporativa e responsabilidade empresarial:
As empresas que atuam em regiões portuárias ou que dependem direta ou indiretamente dos recursos marinhos devem adotar práticas administrativas baseadas na sustentabilidade. A implementação de auditorias ambientais, relatórios de sustentabilidade e conselhos participativos possibilita uma gestão mais transparente e responsável.
- d. Inovação tecnológica e economia azul:
O avanço tecnológico também é um aliado na preservação marinha. Investimentos em pesquisa e inovação permitem desenvolver métodos mais eficientes de monitoramento da qualidade da água, controle de derramamentos e aproveitamento sustentável dos recursos oceânicos. O conceito de economia azul surge como uma proposta de crescimento econômico baseada na utilização equilibrada dos mares, promovendo atividades produtivas, como a pesca sustentável e o turismo ecológico, sem comprometer os ecossistemas. A administração moderna precisa incorporar essa visão, considerando o mar como fonte de desenvolvimento, mas também como patrimônio natural que exige cuidado constante.
- e. Governança participativa e transparência:
A governança ambiental participativa é outro ponto essencial. Ela propõe que diferentes agentes — governos, empresas, universidades e comunidades — participem juntos do processo de decisão e acompanhamento de projetos que envolvem o ambiente marinho. Esse modelo de gestão colaborativa aumenta a legitimidade das ações e reduz conflitos de interesse, pois cada setor se sente representado nas decisões. Além disso, a transparência nos dados e resultados fortalece o controle social e contribui para que as políticas públicas sejam avaliadas e aperfeiçoadas de forma contínua.

Essas políticas são uma proposta de melhoria e alinhamento de ações educativas, priorizando o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. A união entre esses diferentes setores garante que sejam tomadas decisões de forma colaborativa e com base em indicadores concretos de sustentabilidade. Desse modo, estimula-se uma cultura de comprometimento conjunto e gestão participativa, essencial para a solidificação da responsabilidade social marinha no Brasil.

Por fim, é importante destacar que a ausência de gestão responsável e integrada pode gerar impactos irreversíveis ao ambiente marinho. A falta de planejamento e de fiscalização em atividades portuárias, o descarte irregular de resíduos e o vazamento de substâncias tóxicas são exemplos de como a má administração pode comprometer diretamente a vida nos oceanos e afetar comunidades inteiras que dependem desses recursos.

A seguir, serão analisados alguns casos práticos que evidenciam as consequências da ausência de práticas sustentáveis e de comprometimento com a responsabilidade social marinha no Brasil.

4.2. Análise de casos práticos

Tabela 1 – Análise de casos práticos sobre falhas em planos de sustentabilidade no Brasil

Empresa	Problema	Consequências
Samarco (Brasil)	Rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (2015)	Maior desastre ambiental do Brasil; destruição de ecossistemas e comunidades
Natura (Brasil)	Falta de controle sobre fornecedores (2019)	Danos à imagem e credibilidade da marca
Petrobras (Brasil)	Vazamento de óleo (2012)	Poluição das águas costeiras e risco de contaminação da fauna marinha local.
Vale S.A., Petromarítima Ltda. e Ultraocean Shipping Agency & Chartering Ltda.	Ocorrência de dois vazamentos de óleo no mar (2003)	O vazamento causou poluição marinha e contaminação da fauna e flora local.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela acima podemos observar dois casos famosos no Brasil que tiveram seu plano de sustentabilidade malsucedido.

1. A Samarco é uma empresa com sede em Belo Horizonte (MG), atua no setor mineral, com foco em ferro e minério de ferro. Seus principais produtos são pelotas de minério de ferro, matéria-prima para a produção de aço pela indústria siderúrgica. Em 2015, a barragem do município de Mariana (MG) se rompeu e o desastre da Samarco foi causado por uma combinação de falhas técnicas, omissões administrativas e ausência de gestão ambiental eficaz. como:
 - Falhas estruturais na barragem de rejeitos (Fundão);
 - Falta de monitoramento e controle preventivo;
 - Acúmulo excessivo de rejeitos e drenagem inadequada;
 - Falta de um plano de emergência eficiente.

Figura 1 abaixo, podemos observar algumas das consequências desse caso.

Figura 1 – Desastre de Mariana em 5 de novembro de 2015 e suas consequências sociais e ambientais.



Fonte:Ministério

Público

Federal

(2025)

2. A Natura é uma marca de cosméticos reconhecida mundialmente por seu compromisso com a sustentabilidade e o meio ambiente. A empresa destaca em suas campanhas o uso de matérias-primas de origem vegetal e o respeito à biodiversidade amazônica. Em 2019, reportagens alegavam que alguns fornecedores terceirizados da Natura não seguiam os padrões socioambientais exigidos pela empresa. Entre as denúncias, se destacavam:
 - Uso de mão de obra em condições precárias em indústrias terceirizadas;
 - Ausência de certificações ambientais em alguns fornecedores de insumos;
 - Dificuldade de rastrear a origem de determinadas matérias-primas.Essas falhas puseram em dúvida a coerência entre o discurso institucional da empresa e as atitudes que realmente estavam sendo tomadas, um problema conhecido como “green gap” — o descompasso entre o que é divulgado e o que é efetivamente praticado. Uma das causas desse problema foi o monitoramento insuficiente da cadeia de suprimentos: dependência de terceirizados.
3. Vale (Mineradora), Petromarítima (Empresa de Serviços Marítimos) e Ultraocean (Agência Marítima e de Navegação). Essas empresas foram intimadas a pagarem indenização de mais de R\$ 500 mil por um acidente ambiental ocorrido em abril de 2003 no mar do Espírito Santo. Na época, foram dois acidentes de derramamento de óleo que causaram poluição no ambiente. O primeiro acidente, ocorrido no dia 26/04/2003, foi o derramamento de 4 mil litros de óleo, após o afundamento de uma embarcação na região do Pier de carvão da Vale. O segundo acidente, ocorreu no dia 28/04/2003, foram derramados cerca de 2 mil litros, desta vez no Pier II da Vale, aconteceu em uma operação de descarga de óleo “slop” do navio Princess Nadia, de responsabilidade da Ultraocean.
4. A Petrobras também esteve envolvida em episódios que causaram danos ao meio ambiente marinho no Brasil. Um caso marcante ocorreu em fevereiro de 2012, na Bacia de Santos, litoral de São Paulo. Um vazamento de óleo foi identificado próximo à plataforma de Mexilhão, operada pela Petrobras, o que levou a Marinha do Brasil e o Ibama a realizarem operações de contenção e monitoramento da mancha. O incidente levantou preocupações sobre o impacto nas águas costeiras e na fauna marinha da região.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS PRÁTICOS

A análise desses quatro casos demonstra que a sustentabilidade empresarial não se limita a certificações e a políticas declaradas, mas demanda de ações contínuas de monitoramento e transparência. A ausência desse controle compromete não apenas o meio ambiente, como também a imagem e continuidade das instituições. Assim, a legitimação dessas políticas integradas e a fiscalização contínua devem ser vistas como pilares estratégicos para o desenvolvimento sustentável nas organizações.

Observando casos de fracasso na implementação de estratégias sustentáveis, como Natura e Samarco, facilita a compreensão dos riscos existentes na ausência de monitoramento e falta de coerência entre discurso e prática. O desastre ambiental de Mariana (2015) revelou como falhas estruturais, administrativas e éticas causam impactos irreversíveis sobre comunidades e ecossistemas. Já o caso da Natura (2019) evidencia o green gap, o descompasso entre a imagem organizacional e a execução real de políticas socioambientais. Esses exemplos reforçam a necessidade de fiscalizações mais rigorosas.

Portanto, a responsabilidade social marinha não pode ser tratada apenas como obrigação legal, mas como um compromisso ético e estratégico para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade exige iniciativas preventivas, clareza na tomada de decisões e participação conjunta da comunidade — princípios essenciais para manter a preservação de recursos marinhos e trazer harmonia para o desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Diante disso, compreende-se que o aperfeiçoamento da responsabilidade social marinha está diretamente ligado à transformação da consciência institucional e coletiva em práticas efetivas, capazes de assegurar um futuro equilibrado e socialmente justo.

6. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender a importância da responsabilidade social marinha e sua relação direta com a preservação dos ecossistemas oceânicos. Desde o início, ficou evidente que a degradação dos mares não se limita a um problema ambiental, mas representa também um reflexo das fragilidades na administração pública, na gestão empresarial e na conscientização social. Assim, retomar o objetivo central deste estudo reforça a necessidade de uma abordagem integrada, capaz de unir desenvolvimento econômico, ética e sustentabilidade.

Os resultados discutidos ao longo do desenvolvimento demonstraram que a responsabilidade social marinha vai além da adoção de práticas ambientais pontuais. Ela envolve uma postura contínua de compromisso, planejamento e cuidado com os recursos naturais, exigindo que governos, empresas e cidadãos compreendam seu papel na proteção dos oceanos. Quando incorporadas de forma estratégica, as ações socioambientais tornam-se eficientes para reduzir impactos negativos, fortalecer a imagem institucional e promover melhorias significativas nas áreas costeiras e na vida das comunidades que dependem desses ecossistemas.

Durante a análise, percebeu-se que a forma como as organizações administram suas atividades influencia diretamente o meio marinho. A ausência de planejamento adequado, fiscalização ou metas sustentáveis pode gerar danos irreversíveis ao ambiente, enquanto práticas responsáveis contribuem para um ciclo positivo de preservação e incentivo à mudança. Essa percepção reforça a relevância da administração como ferramenta essencial para transformar políticas ambientais em resultados concretos.

Outro ponto fundamental destacado ao longo do estudo é a necessidade de cooperação entre diferentes setores. A responsabilidade social marinha não pode ser construída de forma isolada; ela depende da união entre instituições públicas, empresas, comunidades e indivíduos. É por meio do diálogo, da participação social e da definição de objetivos comuns que se torna possível alcançar avanços duradouros e promover um cuidado mais efetivo com os oceanos.

Além disso, a conscientização ambiental aparece como um pilar indispensável nesse processo. A formação de uma cultura voltada ao respeito e à preservação começa pela educação, capaz de transformar comportamentos e despertar o senso de responsabilidade coletiva. Quando escolas, empresas e comunidades incorporam essa educação ao seu cotidiano, criam-se as bases para uma sociedade mais engajada na proteção dos mares e de seus recursos.

Diante dessas reflexões, conclui-se que a responsabilidade social marinha é um caminho essencial para garantir o equilíbrio ecológico e o bem-estar das futuras gerações. Sua consolidação depende da integração entre gestão eficiente, políticas públicas bem estruturadas e participação ativa da sociedade. Assim, reforça-se que preservar os oceanos não é apenas um dever ambiental, mas um compromisso ético que assegura qualidade de vida, sustentabilidade e desenvolvimento para o país e para o planeta.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 21 nov. 2025. BRASIL. Ministério Público Federal. O desastre: Caso Samarco. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 21/11/2025.

CARROLL, Archie B.; BUCHHOLTZ, Ann K. Business and society: ethics, sustainability and stakeholder management. Boston: Cengage Learning, 2021. Acesso em: 28 out. 2025.

LIMA, Marcelo; SOUZA, Renata. Sustentabilidade e responsabilidade social: desafios contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2023. Acesso em: 28 out. 2025.

MARINHA DO BRASIL. Política de Responsabilidade Social da Marinha do Brasil. Brasília, DF, 2022. Acesso em: 28 out. 2025.600

MARINHA DO BRASIL. Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Brasília, DF, 2023. Acesso em: 28 out. 2025.

G1. MP pede à Justiça condenação da empresa de cosméticos Natura por dano ambiental no Pará. G1, Pará, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/06/21/mp-pede-a-justica-condenacao-da-empresa-de-cosmeticos-natura-por-dano-ambiental-no-para.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2020. Acesso em: 28 out. 2025.

OLIVEIRA, João A. Responsabilidade social empresarial. São Paulo: Atlas, 2019. Acesso em: 28 out. 2025.

SAMARCO. Sobre a empresa. Disponível em: <https://www.samarco.com/sobre/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SILVA, Amanda; PEREIRA, Carlos. A sustentabilidade nas instituições militares brasileiras: avanços e desafios. Revista Brasileira de Planejamento e Gestão Pública, v. 9, n. 2, 2022. Acesso em: 28 out. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2020. Acesso em: 28 out. 2025.